

-6 SET 1995

Márcio Moreira Alves

■ DE BRASÍLIA



Tocando o bonde

Brasília acordou para a semana curta ouvindo ainda os ecos das conversas do presidente Fernando Henrique com os governadores que convidara para jantar.

Benedito Valadares, cultivador de cochichos mineiros, dizia que conversa política com mais de duas pessoas é comício. Em comícios, fala-se para a platéia. O que se serve a platéias é a promessa, não a intenção. Os governadores que conseguiram uma janela na TV contaram das suas reivindicações e o presidente não disse nada.

A seca que flagela a cidade na mais longa estiagem da sua história atingiu também o espaço político por excelência, que é o Congresso. Na tarde de segunda-feira havia tão poucos parlamentares na Câmara que a sessão foi presidida por um desconhecido. Cheguei a duvidar que fosse deputado e perguntei quem era a um segurança, homem pago para conhecer os membros da casa. Respondeu:

— Doutor, que é deputado é, porque senão os meus colegas que ficam na Mesa não deixavam ele sentar. Mas não faço a menor idéia de quem seja.

Tão grande era o deserto que as repórteres do matriarcado jornalístico se interessaram pelo discurso de um deputado de Pernambuco chamado Severino Cavalcanti, 65 anos, ex-prefeito do município de João Alfredo, que teve sete mandatos na Assembléia Legislativa e só se elegeu para a Câmara na última eleição, pelo PFL. No baixo clero não chega ainda a sacristão.

Severino fez um discurso xingando o PSDB e só não chamou o Mário Covas de bonito. Apesar da leveza política do porta-voz, o discurso retrata o clima que reina entre os irmãos inimigos.

Os pernambucanos que tratavam de coisas sérias eram Inocêncio de Oliveira e Roberto Magalhães. Roberto, que é o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, redigiu uma alternativa à pretensão manifestada pelo Governo de permitir que os fiscais da Receita Federal quebrem o sigilo bancário dos suspeitos de fraudes sem a intervenção da Justiça. Prevê essa possibilidade, desde que sob a ordem e a responsabilidade do ministro de Estado da área. Explica:

— Eu não tenho des-

confiança da Justiça, e essa é uma convicção que consolidei em 30 anos de advocacia. Mas, pelo menos, a emenda que redigi, comparada com a apresentada pelo Governo, diminui as possibilidades de arbítrio do Executivo. Mesmo assim, é possível que seja derrubada nos tribunais, que podem considerar a quebra do sigilo como uma infração dos direitos do cidadão, enumerados no artigo 5º da Constituição, incisos X e XII, que prevêem a inviolabilidade da intimidade, da vida privada e de dados.

Inocêncio tratava da constituição da Comissão de Orçamento, que ainda não aconteceu, apesar de o Orçamento já estar no Congresso.

Contando na Inglaterra, ninguém acredita. O problema é que a antiga comissão não existe mais e a nova espera a decisão dos líderes e as novas regras para a apresentação de emendas.

Há, sobre o assunto, um acordo entre o senador Sarney e o deputado Luís Eduardo Magalhães no sentido de limitar o número de emendas pessoais, para evitar a balbúrdia de orçamentos passados. Querem, também, criar emendas de prioridade um, que seriam apresentadas por bancadas regionais ou estaduais, e de prioridade nula, que seriam as individuais. Em Washington, tampouco, alguém acreditaria nisso. No entanto, alguns líderes divergem do limite para emendas pessoais. Francisco Dornelles, por exemplo, faz um agrado aos seus liderados pedindo 50 emendas para cada um, em vez de dez. Claro que, diante de 28 mil emendas à sua proposta, o ministro José Serra meterá a tesoura com gosto.

E dizer que votar o Orçamento é a prerrogativa popular que deu origem aos Paramentos...

Com os parlamentares tocando o bonde desta maneira, não é de se estranhar que a iniciativa política fique no Executivo. O Banco Central ocupou o espaço, devolvendo quatro bilhões dos depósitos compulsórios ao sistema bancário. Quer acabar com o "empocamento da liquidez", que prejudica os pequenos bancos. Ou seja: quer ver se, dando mais dinheiro ao sistema financeiro, diminui a corrida de depositantes aos grandes bancos e aos bancos oficiais, proibidos de quebrar. Parece que é para nos dar um feliz Natal.